



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 548754 - PE (2019/0357647-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : WAGNER DOMINGOS DO MONTE  
**ADVOGADO** : WAGNER DOMINGOS DO MONTE - PE028519  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : PAULO JOSE DORNELAS MACIEL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de PAULO JOSE DORNELAS MACIEL, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0004263-66.2019.8.17.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito de homicídio qualificado (arts. 121, § 2º, IV e V, do Código Penal).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

**HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECRETO PREVENTIVO FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PERICULOSIDADE DO PACIENTE DENOTADA PELO MODO DE AGIR. TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA (fl. 78).**

Daí o presente *writ*, no qual a defesa sustenta que não há fundamento idôneo para a manutenção do cárcere preventivo do paciente, pois baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito, sem a demonstração de circunstâncias concretas que indiquem a necessidade da segregação e a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. Assegura o excesso de prazo injustificado, para o qual a defesa não concorreu.

Requer, assim, o relaxamento da prisão do paciente ou a revogação, determinando-se a expedição de alvará de soltura a seu favor.

Indeferido o pedido de liminar (fls. 95/96), as informações foram devidamente prestadas (fls. 104/126, 127/134 e 135/147) e o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 150/156).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Passo à análise das alegações expostas na inicial tão somente para verificar se existe flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, busca-se no presente *writ* a revogação da prisão preventiva do paciente.

O Juízo singular decretou a prisão preventiva do paciente, tendo a Corte estadual mantido a segregação cautelar, sob os seguintes fundamentos:

*A prisão em questão foi decretada nos autos da ação penal de nº 0005382-70.2017.8.17.0990, na qual o paciente responde pelo seguinte fato (fls.31/32):*

No dia 11 de novembro de 2017, por volta das 19:00 h, nas imediações da Rua Lígia Gomes, no bairro de Ouro Preto, nesta Comarca, o denunciado efetuou disparos de arma de fogo, com intenção de matar, contra CÍCERO DE SOUZA SILVA, que foram causa de sua morte, como demonstra o boletim de identificação de cadáver da página 13 do inquérito policial (homicídio doloso por meio de arma de fogo). **A vítima havia ido ao local para buscar ferramentas de trabalho, quando foi surpreendida pelo denunciado, que surgiu num automóvel e passou a efetuar disparos de arma de fogo contra ela. Desarmada e sem esperar, naquele instante, o ataque, a vítima não teve chance de defender-se. O denunciado matou a vítima para assegurar a impunidade de outro crime, acreditando ser ela testemunha de outro homicídio praticado anteriormente.** Interrogado pela autoridade policial, o denunciado negou a autoria do delito. No entanto, as testemunhas foram unânimes em aponta-lo como o autor. No mesmo sentido, a vítima, antes de morrer, reuniu suas últimas forças e conseguiu gravar um vídeo indicando o denunciado como o autor do crime. [...]

*I - Ausência de fundamentação.*

*O impetrante alega que o decreto preventivo carece de justificativa.*

*A prisão preventiva foi decretada com base nos seguintes fundamentos (trecho extraído do JudWin):*

[...]Compulsando os autos, verifico que assiste razão à Autoridade Policial, porquanto presentes os indícios mínimos da autoria e da materialidade delitiva, esta última consubstanciada nos elementos probantes indiretos que evidenciam a ocorrência do crime, e aqueles conforme testemunhos extraídos do caderno investigativo. De outra parte, tem-se que as testemunhas inquiridas indicam comveemência o representado como autor do crime sob investigação, senão vejamos. A testemunha Bruno Henrique de Siqueira Lopes (termo às fls.30/31) declarou, em sede policial, que "(...) sabia que Cícero tinha uma rixa com a pessoa de Paulo, agente penitenciário; Que Cícero tinha muito medo de Paulo; (...) Que dizia-se que Cícero testemunhara contra Paulo; Que era conhecimento de todos a rixa entre os dois; (...) Que no dia do crime, ora apurado, o declarante estava fazendo um serviço na casa do IRMÃO ED; (...) Que para ramo serviço por falta de energia; Que a energia voltou quando já estava escuro; Que era por volta das 19h00min; Que quando a energia voltou o declarante pediu a Cícero para voltar na Serralharia para pegar uma lixadeira; Que Paulo costuma fechar a loja dele nesse mesmo horário; Que Cícero foi na moto do declarante; (...) Que ele havia estacionado a moto e se preparava para desamarra a lixadeira que estava na moto; Que Cícero, neste momento, foi surpreendido por Paulo; (...) Que não viu a execução; Que escutou dos disparos; Que foram cerca de sete disparos; Que correu para socorrer Cícero; Que ainda viu um carro POLO BRANCO, pertencente a Paulo, deixando a cena do crime (...); Que Patrícia filmou o socorro e quando as últimas palavras de Cícero foram: 'FOI PAULO, FOI PAULO' (...). Nessa linha, a testemunha Patrícia Gomes da Silva (termo às fls. 34/36), acrescenta que "(...) depois da morte de Eduardo, Paulo passou a ameaçar todos da família da depoente (...) caso fossem para Delegacia para testemunhar sobre a morte de Eduardo (...) que Paulo é temido pelos moradores dos sítios vizinhos (...); Que assevera a depoente que no momento do socorro realizado pelo esposo da depoente e familiares, Cícero afirmou num vídeo que foi Paulo que efetuou os disparos que lhe vitimaram ao dar

entrada no Hospital Miguel Arraes" Nesse contexto, inegável, pois, que as circunstâncias do crime, de natureza hedionda, portanto, gravíssima, a frieza e o modus operandi empregado, e os motivos que em tese o determinaram, bem evidenciam a periculosidade do representado, imperando a necessidade de que permaneça preventivamente afastado da sociedade como forma de garantia da ordem pública, sobretudo para resguardar a incolumidade física das testemunhas, dada a forte possibilidade de repetição de ações delituosas por parte do representado. Somado a isso, prudente ainda revela-se a medida para assegurar a instrução criminal, diante da periculosidade do agente, estando este, possivelmente, ainda de posse da arma de fogo utilizada na ação delitiva versada nos presentes autos, o que causa fundado temor nas testemunhas inquiridas, e pode refletir, por efeito, negativamente na instrução criminal. [...]

***Da leitura acima, verifica-se que o decreto preventivo encontra forte amparo na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, tendo em vista a periculosidade do paciente que restou demonstrada por seu modus operandi e, em tese, pelo motivo do crime. Consoante restou afirmado na decisão, investiga-se o paciente como possível autor dos diversos disparos de arma de fogo contra a vítima, e o móvel do crime seria a crença de que a vítima teria testemunhado a respeito de outro homicídio praticado por este mesmo paciente.***

*[...]*

*Desse modo, confirma-se que a manutenção da segregação é imperiosa e necessária para garantia da ordem pública e pela conveniência da instrução criminal, nos termos em que já decidido na origem. II. Excesso de prazo. Inicialmente, registre-se que a alegação de excesso de prazo já foi objeto do anterior habeas corpus de nº 0529947-0, julgado em 19/06/2019, e que teve a ordem denegada por unanimidade.*

*Na oportunidade, o dito excesso de prazo foi avaliado sob a seguinte perspectiva (extraído do JudWin):*

Conforme informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 23), analisadas em conjunto com a movimentação processual do sistema Judwin, tem-se que o crime foi praticado no dia 11 de novembro de 2017. A prisão preventiva foi decretada em 21 de novembro de 2017 e o mandado cumprido em 23 de novembro de 2017. A denúncia foi oferecida em 06 de dezembro de 2017 e recebida em 12 de dezembro de 2017. O paciente foi citado e ofereceu resposta por meio de advogado constituído em 08 de março de 2018. Foram realizadas três audiências de instrução criminal (03 de agosto de 2018, 29 de agosto de 2018 e 24 de outubro de 2018). Na última audiência, a defesa do réu requereu as seguintes diligências: A) Diante do depoimento da testemunha de defesa de nome IRAN roga a Vossa Excelência que oficie-se a delegacia de polícia (sic) que presidiu o feito para que encaminhe a seta vara o depoimento prestado naquela DP como mencionada; B) Que informe a este juízo se tramita ou tramitou naquela DP algum processo de tentativa de homicídio contra a pessoa de CICERO DE SOUZA SILVA, vítima dos presentes autos; C) Que seja oficiado a mesma delegacia declinada a cima para que informe se o acusado PAULO JOSE DORNELLAS MACIEL foi investigado, ou esta sendo, pelas mortes de DUDA e CANGO, bem como se a pessoa de CICERO DE SOUZA SILVA foi ouvido como testemunha nesses autos; D) Como é sabido estas Unidades Policiais tem seu setor próprio para investigação de homicídio que também encaminhe a esse juízo os mesmos pedidos acima. Tais pedidos foram deferidos e, atualmente, o feito encontra-se em aguardo de

cumprimento para prosseguimento com a apresentação de alegações finais. Nesse ponto, insta esclarecer que a complexidade do fato e a necessidade de saneamento de alguns incidentes, autorizam uma maior dilação do prazo para o encerramento da instrução criminal, devendo possível constrangimento ilegal ser examinado de acordo com o princípio da razoabilidade. Oportunamente, registre-se o teor da súmula nº84 deste TJPE: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".E...-]A hipótese em tela trata de processo criminal intrincado, em virtude da gravidade do crime apurado, pluralidade de testemunhas arroladas pela acusação, constantes pedidos de revogação da prisão preventiva, necessidade de realização de diligências o que sabidamente ocasiona atraso na marcha processual, mas sem se cogitar em excesso de prazo, já que justificado e dentro dos limites da razoabilidade. Ante tal relato, não se verifica incidente capaz de ensejar o relaxamento da custódia cautelar.[...]

***De lá para cá, em consulta ao sistema informatizado deste Tribunal, verifica-se que foram encetadas as diligências requeridas tanto pela defesa como pelo Ministério Público, das quais aguardam-se as respectivas respostas, afim de que as partes apresentem suas alegações finais.***

*Desse modo, verifica-se que inexistente, no caso específico, qualquer excesso de prazo em ofensa ao princípio da razoabilidade ou qualquer desídia do Poder Judiciário.*

*Com estas considerações, em que pese a argumentação da defesa, entendo que o paciente não sofre qualquer constrangimento ilegal, devendo ser mantido o decreto de prisão preventiva (fls. 81/86).*

O Superior Tribunal de Justiça – STJ tem o entendimento pacífico de que a custódia cautelar possui natureza excepcional, somente sendo possível sua imposição ou manutenção quando demonstrado, em decisão devidamente motivada, o preenchimento dos pressupostos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

É certo, ainda, que, em razão do princípio da presunção da inocência ou da não culpabilidade, a prisão preventiva deve ser a exceção, imposta apenas aos casos em que não for possível a manutenção da liberdade com ou sem a implementação de medida cautelar diversa prevista no art. 319 do CPP.

Na hipótese dos autos, verifica-se que a prisão preventiva foi devidamente fundamentada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a periculosidade do agente ante o *modus operandi* da conduta criminosa. O crime foi previamente articulado, supostamente cometido pelo paciente em razão de acreditar que a vítima era testemunha de um outro homicídio que cometeu, tendo o mesmo efetuado vários disparos com arma de fogo contra a vítima, que veio a óbito, recomendando-se a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Impende consignar, por oportuno, que, conforme orientação jurisprudencial desta Corte, o modo como o crime é cometido, revelando a gravidade em concreto da conduta praticada, constitui elemento capaz de demonstrar o risco social, o que justifica a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. IDÊNTICA SITUAÇÃO FÁTICA DOS CORRÉUS QUE PUDEAM RECORRER EM LIBERDADE: SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Espécie em que o Paciente foi condenado, em 08/03/2018, às penas de 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e de 07 (sete) dias-multa, como incurso no art. 157, § 3.º, c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal, por ter, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo (foram desferidos dois disparos em direção à Vítima) e em concurso de pessoas, tentado subtrair a quantia de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) em espécie e de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em selos Real Cap. Foi-lhe vedado o direito de recorrer em liberdade.

2. A manutenção da prisão preventiva está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, ante a gravidade concreta do delito.

Na sentença, destacou-se que "o Acusado agiu com culpabilidade acima da média, pois além de ter premeditado o crime, uma vez que também planejou e traçou toda a sua dinâmica, foi um dos responsáveis pela execução, que se deu em um estabelecimento comercial, local de considerável movimento, estabelecendo o pânico e o risco não só em relação à Vítima, como, também, em relação a outras pessoas que ali estavam ou chegavam. O Acusado ainda desferiu dois tiros em direção à Vítima, ocasião em que se encontrava em via pública, colocando em risco a vida e a integridade física dos transeuntes daquele local" (fl. 41).

3. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que "não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu preso durante a perseguição criminal, se persistem os motivos para a segregação preventiva" (RHC 98.304/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018).

[...]

5. Ordem denegada (HC 468.431/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2018).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO . PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem

econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade do agente, evidenciada no *modus operandi* do delito e na comprovada reiteração delitiva, é fundamento idôneo para justificar o encarceramento cautelar, tendo como fim o resguardo da ordem pública.

3. Hipótese em que a custódia provisória está devidamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos, que demonstram a periculosidade do agente ao meio social, tendo em vista o *modus operandi* do delito. Segundo se verifica, o recorrente teria desferido disparos de arma de fogo contra a vítima, que transitava em via pública em uma bicicleta e teria conseguido fugir da perseguição empreendida pelo acusado após ser alvejada nas costas pelos tiros. Extrai-se, ainda, que "o acusado confessou a prática delitiva e relatou que o fez em razão de um desentendimento que tivera com Robson durante o carnaval, na escola de samba Jacaré, no bairro da Glória."

4. A colocação do recorrente em liberdade representa risco concreto ao meio social, pois trata-se de réu que possui anotações em sua folha de antecedentes criminais, o que reforça a necessidade da medida extrema.

[...]

7. Recurso não provido (RHC 98.172/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 3/9/2018).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA DETERMINADA DURANTE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI. SEGREGAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MODUS OPERANDI. JUSTIFICADO TEMOR IMPINGIDO POR MEIO DE AMEAÇAS ÀS TESTEMUNHAS. PERICULOSIDADE SOCIAL. PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO. CUSTÓDIA CRIMINAL FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Não há se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar encontra-se devidamente embasada no previsto no art. 312 do Código de Processo Penal, mostrando-se necessária para a preservação da ordem pública e também para a garantia da aplicação da lei penal.

3. Caso em que a decisão que ordenou a preventiva fez menção à necessidade de se garantir a integridade física das testemunhas, tendo em vista o fundado temor incutido por meio de ameaças proferidas a estas pelo ora

*paciente, conhecido na região por sua índole violenta, o que corrobora a caracterização do periculum libertatis advindo de sua evidenciada periculosidade social, exigido para a ordenação e preservação da prisão cautelar.*

*5. Não bastasse, as circunstâncias em que se deu a prática delituosa - homicídio cometido em via pública, em plena luz do dia, com disparo de arma de fogo (pelo menos 2 tiros), "na frente dos filhos da vítima, um de 5 anos e outro de três meses de idade" (e-STJ fl. 35), e de sua esposa -, bem como os seus motivos - desentendimento por causa de uma cadeira - denotam uma perniciosidade exacerbada do paciente e uma reprovabilidade que sobressai ao crime já grave por si mesmo.*

*4. Consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, eventuais condições pessoais favoráveis não teriam o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre in casu.*

*5. Entendendo-se pela imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente, diante da presença do periculum libertatis, bem demonstrado na espécie.*

*6. Habeas corpus não conhecido (HC 431.444/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 16/4/2018).*

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não impede a decretação da prisão preventiva. Confira-se:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.  
PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO.  
PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.  
CIRCUNSTÂNCIAS SUBJETIVAS FAVORÁVEIS.  
IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA.  
RECURSO DESPROVIDO.**

*1. A custódia cautelar restou devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, sobretudo em razão do modus operandi do delito, relevador da perniciosidade social da ação. O Recorrente é acusado da suposta prática do delito de homicídio qualificado, na forma tentada, porque, em 13/01/2018, sem motivo justo aparente, em conjunto com o corréu e outros indivíduos ainda não identificados, emparelhou seu veículo com o automóvel da vítima e, em via pública, efetuou diversos disparos de arma de fogo contra seu carro, o que denota a gravidade concreta da conduta.*

*[...]*

**3. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.**

4. A ação penal tem sido conduzida sem qualquer irregularidade, sendo descabido falar em excesso de prazo, uma vez que a instrução ainda não se encerrou em razão do pedido de adiamento do ato processual solicitado pela Defesa. Incidência da Súmula n.º 64 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Recurso desprovido (RHC 98.204/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 3/10/2018).

Ademais, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

No mesmo sentido:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO MERCENÁRIO PRATICADO MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA E AMEAÇA AO CORRÉU. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. RECURSO DESPROVIDO.**

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele representado pela garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "custódia devidamente fundamentada na periculosidade" do agente "para a ordem pública, em face do *modus operandi* e da gravidade em concreto da conduta" (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017).

3. Na hipótese em apreço, a imputação da prática delitiva de tentativa de homicídio mercenário, como mandante, praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, demonstra concretamente o perigo que irradia da conduta do Réu e permite acautelar a ordem pública.

[...]

**6. Havendo fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, por consequência lógica, torna-se incabível sua substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, por serem insuficientes. Precedentes do STJ.**



Por fim, quanto ao excesso prazal, referido pedido já foi analisado nos autos do RHC 120.711/PE, de minha Relatoria, pendente de publicação. Ressalto que no referido recurso ordinário destaquei a ausência de excesso de prazo na formação da culpa, haja vista que, o processo segue seu curso regular, pois, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, verifiquei que em 5/12/2019 o feito aguardava o cumprimento das diligências requeridas pela defesa, consignada em ata da última audiência realizada, para prosseguimento com a apresentação de alegações finais pelas partes.

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator